

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Nov



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3296- Ano 2024



DISTRITO FEDERAL



ATENÇÃO VIGILANTES DA IPANEMA QUE PRESTAM SERVIÇO NA SECRETARIA DE SAÚDE É FAKE QUE A BRASÍLIA SEGURANÇA VAI ASSUMIR DIA 09/12/2024 OS POSTOS DE SERVIÇO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DF

Pessoas sem nada para fazer na vida, ou pessoas desinformadas, estão espalhando um boato que a Brasília Segurança vai assumir os postos da Ipanema na Secretaria de Saúde do DF no dia 09 de dezembro de 2024. No entanto, confirmamos com a direção da Brasília e ela disse que é boato.

Existe sim, um processo de licitação na Secretaria de Saúde do DF, mas ainda não foi concluído. E embora a Brasília esteja ganhando a licitação, já ganhou três lotes, ainda cabe recurso. A direção do Sindicato dos Vigilantes do DF está acompanhando todo o processo e estamos atentos para defender os direitos e o emprego dos vigilantes.

Esses boatos só servem para criar um ambiente de mais caos para os vigilantes da Ipanema que já sofrem todos os meses fazendo greve para receber o salário e os benefícios e ainda com férias atrasadas.

Fiquem tranquilos e não acreditem nesses falsos áudios espalhados por aí. Informem-se apenas no Sindicato com um de nossos diretores. Queremos que toda a situação seja resolvida para o bem dos vigilantes e que estes possam trabalhar com tranquilidade recebendo seus salários em dia. Para isso, devemos aguardar o processo final da licitação ora em curso.

SINDESV-DF - JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.

ATENÇÃO VIGILANTES DA VISAN QUE PRESTAM SERVIÇO NA SECRETARIA DE SAÚDE E NÃO RECEBERAM O PAGAMENTO ESPERAMOS TODO MUNDO NA PORTA DO HOSPITAL DE APOIO NESTA TERÇA-FEIRA, DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2024, A PARTIR DAS 07 HORAS DA MANHÃ

É uma vergonha que vigilantes trabalhem e não recebam seus salários e só conseguimos resolver o problema com paralisação, pois tanto o tomador quanto a empresa são indiferentes ao sofrimento dos vigilantes e suas famílias.

Por isso, enquanto persistir esse desrespeito recorreremos da paralisação para defender o direito do vigilante de receber seu pagamento e benefícios, estamos na luta para defender a dignidade dos trabalhadores. Contamos com a sua presença. É a sua força que move a luta.

TODOS OS VIGILANTES DA VISAN QUE PRESTAM SERVIÇO NA SECRETARIA DE SAÚDE QUE NÃO RECEBERAM PAGAMENTO CONCENTRAÇÃO EM FRENTE AO HOSPITAL DE APOIO – DIA 19/11/2024 – TERÇA-FEIRA – ÀS 07 HORAS DA MANHÃ. DIRETORES DO SINDICATO ESTARÃO NO LOCAL PARA DAR SUPORTE E APOIO À PARALISAÇÃO.

SINDESV-DF - JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.

CÂMARA SETORIAL PEDE MUDANÇAS NA LEI PARA REDUZIR ABUSOS NA TERCEIRIZAÇÃO



Sugestões foram apresentadas em audiência pública na Assembleia Legislativa
(Foto: Igor Sperotto)

Em audiência pública na segunda-feira (11), parlamentares estaduais e federais receberam dos integrantes da Câmara Temática da Terceirização (CTT) sugestões para mudanças nas leis que regulam os contratos de serviços terceirizados no setor público. Entre os participantes estavam o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Amarildo Cenci, e demais centrais sindicais.

Entre as sugestões estão ajustes na Lei Federal das Licitações 14.133/21 e na Lei estadual 16.077/23, buscando mecanismos de garantia para execução integral dos contratos, protegendo os trabalhadores e evitar concorrência desleal entre empresários. A audiência pública definiu que uma comissão da CTT acompanhará o andamento das medidas solicitadas à Assembleia Legislativa e à Câmara Federal.

A Câmara Setorial é composta por três grandes sindicatos empresariais, sete organizações sindicais de trabalhadores em áreas como vigilância, telemarketing, asseio e conservação, Instituto Trabalho e Transformação Social (ITTS) e vários órgãos públicos.

Durante o ato ocorreu o lançamento da cartilha “O enfrentamento ao dumping social e a promoção do trabalho decente no RS – A valorização das boas práticas na prestação dos serviços terceirizados”, amplamente aplaudida pelo Plenarinho lotado com trabalhadores de diferentes segmentos, parlamentares e lideranças do setor público e privado.

Desregulamentação e alto custo social

“O cenário de precariedade que se acentua nos últimos anos tem origem legislativa e decisões políticas, como a reforma trabalhista. Mesmo que recentes leis estaduais tentem melhorar as contratações há itens que

facultam os instrumentos protetivos”, registrou o representante das entidades laborais, o advogado Alex Tapia.

Em nome dos trabalhadores terceirizados, ele destacou que a Câmara Setorial não respondeu a todas as necessidades, mas garantiu um espaço profícuo de diálogo social para avançar. “É uma jornada longa para as alterações legislativas e vamos acompanhar de perto”, finalizou.

Escassez de mão de obra

O secretário do Trabalho e Desenvolvimento Profissional do RS, Gilmar Sossella, informou que há 16 mil vagas nos cursos de qualificação em andamento em 202 municípios e milhares de vagas para safristas na colheita da uva e maçã na Serra. “Há escassez de mão de obra em muitas áreas”, complementou o chefe de

Fiscalização do MTE, Gerson Soares, ao falar da importância da cartilha. “Há muitos desafios e vamos prosseguir com esta participação ativa de todos os agentes da agenda pelo trabalho decente”.

Avanço com diálogo social

“Esses passos demonstram muita determinação em construir coletivamente um ambiente de confiança, produtividade, serviços de qualidade e compromisso com práticas para o trabalho decente e combate à concorrência desleal”, encerrou Claudir Nespolo, observando que superintendências de vários estados desenvolvem movimentos similares.

Leia a cartilha na íntegra.

<https://drive.google.com/file/d/1AOSblicwvY8MHOplqDwzWdeLYQtUk7j/view>

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Comissão debate aposentadoria especial para trabalhadores expostos a riscos à saúde



Proposta estabelece um novo marco para aposentadorias especiais

Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta terça-feira (19) sobre o Projeto de Lei Complementar 42/23, que trata de aposentadoria especial a trabalhadores expostos a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.

O debate atende a pedido do deputado Pastor Eurico (PL-PE) e está marcado para as 15 horas, no plenário 9.

A audiência será interativa, veja quem foi convidado e envie suas perguntas

Pastor Eurico explica que a proposta, apresentada pelo deputado Alberto Fraga (PL-DF), e outro projetos apensados estabelecem um novo marco na concessão de aposentadorias especiais.

“Inclusive neste ano já realizamos uma audiência pública para debater o tema, contudo, diante do enorme número de categorias interessadas, uma audiência foi insuficiente para debater o assunto”, afirma Pastor Eurico.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MTE libera R\$ 27,7 milhões para pagamento do Abono Salarial aos trabalhadores nesta segunda-feira, 18

Os valores estarão disponíveis para saque dos 31.292 trabalhadores até o encerramento do calendário em 27 de dezembro



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) inicia nesta segunda-feira (18) o pagamento do Abono Salarial para os trabalhadores com direito a receber o benefício. Serão pagos abonos a 31.292 trabalhadores, que ainda não sacaram o benefício. O valor investido é de R\$ 27,7 milhões. Os valores estarão disponíveis para saque até o encerramento do calendário em 27 de dezembro de 2024. Neste ano, o MTE já liberou R\$ 27 bi para o pagamento do abono salarial.

O Abono Salarial será pago a 26.169 trabalhadores de empresas privadas com direito ao PIS, sendo os pagamentos realizados pela Caixa Econômica Federal. Além disso, 5.123 servidores públicos com direito ao PASEP receberão o benefício através do Banco do Brasil. Neste calendário, o valor do Abono Salarial varia entre R\$ 118,00 e R\$ 1.412,00, dependendo da quantidade de meses trabalhados ao longo do ano-base de 2022.

Em 2024, o calendário de pagamento do Abono Salarial, referente ao ano-base de 2022, foi organizado de acordo com o mês de nascimento do trabalhador, conforme estabelecido pela Resolução CODEFAT nº 993 de 2023. Os valores estarão disponíveis para saque até o encerramento do calendário, em 27 de dezembro de 2024.

Quem tem direito - Tem direito ao Abono Salarial os trabalhadores que atendem aos critérios de habilitação, como estar cadastrado

no PIS/PASEP há pelo menos cinco anos, contados da data do primeiro vínculo; ter recebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), até 2 (dois) salários-mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado; ter exercido atividade remunerada, durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano-base considerado para apuração; ter seus dados, do ano-base 2021 informados pelo empregador corretamente na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ou no eSocial.

Pagamento na CAIXA - O pagamento do Abono Salarial na Caixa será realizado prioritariamente por crédito em conta CAIXA, quando o trabalhador possuir conta corrente ou conta poupança ou Conta Digital; por crédito pelo aplicativo CAIXA Tem, em conta poupança social digital, aberta automaticamente pela CAIXA.

Para o trabalhador não correntista será realizado o pagamento em canais como agência, lotéricas, autoatendimento, CAIXA Aqui e demais canais de pagamentos oferecidos pela Caixa.

Pagamento no Banco do Brasil - No Banco do Brasil o pagamento do Abono Salarial será realizado prioritariamente como crédito em conta bancária; transferência via TED, via PIX ou presencial nas agências de atendimento para trabalhadores não correntista e que não possua pix.

Informações adicionais poderão ser solicitadas nos canais de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego e nas unidades das Superintendências Regionais do Trabalho, ou pelo telefone 158.

O calendário completo de pagamento pode ser acessado no link: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Resolucao-no-993-de-13-de-dezembro-de-2023-Calendario-do-Abono-Salarial-2024.pdf>.

FONTE: MTE

Edital de R\$ 102 milhões destina recursos para compra de câmeras corporais para a Polícia Militar

Serão selecionadas seis propostas. A documentação deve estar de acordo com as diretrizes e com a norma técnica do MJSP, lançadas em maio deste ano

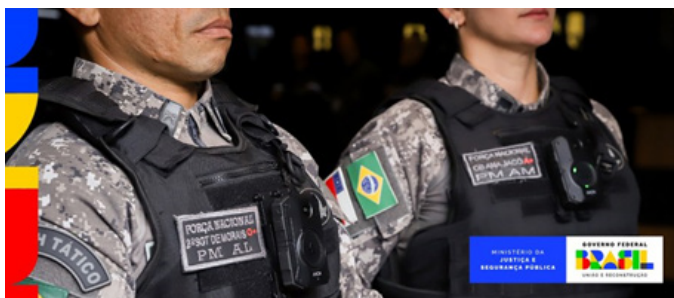


Foto: Jamile Ferraris/MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), lançou, nesta quinta-feira (14), edital de R\$ 102 milhões para compra de câmeras corporais para as Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal. O recurso é do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Cada unidade federativa pode enviar apenas uma proposta de compra por meio da plataforma transferegov.br. A documentação deve estar de acordo com as diretrizes e com a norma técnica do MJSP, lançadas em maio deste ano.

Veja as diretrizes e a norma técnica

Seis propostas serão selecionadas para receber os recursos, distribuídos da seguinte forma:

- Até 2,1 mil câmeras corporais para instituições com mais de 20 mil policiais militares: investimento de R\$ 11,4 milhões a R\$ 34,2 milhões

- Até 1,5 mil câmeras corporais para instituições com 15 mil a 20 mil policiais militares: investimento de R\$ 8,1 milhões a R\$ 24,4 milhões

- Até 1 mil câmeras corporais para instituições com 9 mil a 15 mil policiais militares: investimento de R\$ 5,4 milhões a R\$ 16,3 milhões

- Até 800 câmeras corporais para instituições com 7 mil a 9 mil policiais militares: investimento de R\$ 4,3 milhões a R\$ 13 milhões

- Até 600 câmeras corporais para instituições com 5 mil a 7 mil policiais militares: investimento de R\$ 3,2 milhões a R\$ 9,7 milhões

- Até 300 câmeras corporais para instituições com menos de 5 mil policiais militares: investimento de R\$ 1,6 milhão a R\$ 4,8 milhões

Seleção extra

Após a seleção das seis propostas, se houver disponibilidade de recursos, a Senasp poderá escolher outras unidades federativas participantes, seguindo os critérios estabelecidos no edital. Caso o valor total disponível não seja completamente utilizado, o saldo poderá ser redistribuído para outras propostas. A prioridade será dada àquelas com menor número de policiais militares.

Os convênios terão duração de até 24 meses. As câmeras corporais deverão ser utilizadas obrigatoriamente em unidades operacionais das polícias militares das capitais ou de municípios com, no mínimo, 100 mil habitantes, conforme os dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Durante a execução, serão feitas avaliações contínuas por parte da Senasp, com base em indicadores que considerem aspectos como o impacto nas notificações de ocorrências, o uso da força, o treinamento e as denúncias infundadas contra policiais militares.

Fonte: MJSP

Banrisul alcançou um lucro líquido de R\$ 632,1 nos primeiros nove meses de 2024

Resultado representa crescimento de 11,5% em comparação ao mesmo período do ano passado



O Banrisul alcançou um lucro líquido de R\$ 632,1 milhões nos primeiros nove meses de 2024, o que representa um crescimento de 11,5% em comparação ao mesmo período do ano passado. Apesar do resultado positivo, houve uma retração de 20,2% em relação ao segundo trimestre deste ano, evidenciando que o banco enfrenta desafios para manter seu ritmo de lucratividade. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) foi de 8,5%, com um leve aumento de 0,5 ponto percentual (p.p.) em doze meses.

A carteira de crédito do banco chegou a R\$ 57,66 bilhões em setembro, com expansão de 9,9% em relação ao ano anterior. Esse aumento se deu em grande parte pela ampliação no saldo de crédito rural, comercial, imobiliário, operações de câmbio e financiamentos de longo prazo. A inadimplência manteve-se relativamente estável em 2,08%, com um pequeno aumento de 0,09 p.p. em relação ao mesmo período de 2023, sinalizando um certo controle nos riscos associados ao crédito.

O banco também registrou um crescimento na margem financeira, que somou R\$ 1,56 bilhão no terceiro trimestre, um aumento de 12,2% em

comparação ao mesmo período do ano passado. No entanto, em relação ao segundo trimestre, a margem financeira sofreu uma queda de 4,8%, o que pode indicar uma dificuldade em manter o ritmo de expansão financeira no curto prazo. Já as despesas com provisões para devedores duvidosos apresentaram uma redução significativa de 31,3% em base anual, totalizando R\$ 299,5 milhões, o que favorece a saúde financeira da instituição.

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias também teve um crescimento de 8,6%, totalizando R\$ 1,769 bilhão em setembro de 2024. Contudo, ao mesmo tempo em que o banco ampliou essas receitas, as despesas com pessoal, incluindo a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), aumentaram 22,34% no terceiro trimestre, somando R\$ 1,886 bilhão. A cobertura das despesas de pessoal pelas receitas com serviços bancários ficou em 93,2%, representando um aumento de 3,69 pontos percentuais em doze meses.

Apesar dos bons resultados, o Banrisul continua a reduzir sua força de trabalho. Ao final do terceiro trimestre, o banco contava com 9.346 empregados, uma diminuição de 65 postos de trabalho em apenas três meses, ainda que tenha aumentado o quadro em 388 novos empregados nos últimos doze meses. Além disso, o banco expandiu sua base de clientes em cerca de 100 mil pessoas, chegando a um total de 5,4 milhões de clientes.

FONTE: CONTRAF

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF